

Quem são os alunos das escolas estaduais de educação profissional do Ceará? Um estudo sobre o perfil socioeconômico

*Who are the students of state schools of vocational education in Ceará?
A study about the socio-economic profile*

**Danyelle Nilin Gonçalves¹ e
Harlon Romariz Rabelo Santos²**

1. Doutora em Sociologia (UFC) e professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. **DANYNILIN@YAHOO.COM.BR**
2. Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. **HARLON.ROMARIZ@GMAIL.COM**

Resumo: A partir de 2008 se inicia no Ceará a construção de uma política estadual de educação profissional que visa a integração entre o ensino profissionalizante e o ensino médio regular, ecoando com discussões e legislações nacionais e de outros estados. A implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) ocorre com financiamento diferenciado e processo próprio de seleção de alunos e professores. Diversos indicadores educacionais demonstram melhor desempenho dos alunos dessas escolas em relação ao conjunto dos alunos das escolas de ensino médio regular, público estadual. O objetivo desse artigo é apresentar um perfil socioeconômico dos alunos das EEEP's e fazer essa apresentação em comparação ao perfil de seus pares da rede pública regular. Esse perfil é apresentado a partir dos dados do Questionário Socioeconômico do ENEM, edições 2012 e 2013, fornecidos em forma de microdados pelo

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e complementados por informações gerais sobre a dinâmica e funcionamento das EEEPs, obtidas através de entrevistas com famílias e coordenadores de três dessas escolas em Fortaleza. A contextualização sobre quem são esses alunos e alunas, sobretudo em termos comparativos, é elemento importante para uma análise dentro da abordagem sociológica da educação, abrindo pistas sobre as relações com o desempenho escolar.

Palavras-chave: Escolas Estaduais de Educação Profissional. Educação Profissional. Perfil Socioeconômico de alunos.

Abstract: From 2008 begins in Ceará the construction of a state policy on vocational education aimed at the integration between vocational education and regular high school, echoing with national discussions and laws. The implementation of State Schools of Vocational Education (SSVEs) occurs with different financing and own process of selecting students and teachers. Several educational indicators demonstrate improved student achievement in these schools compared to students of all the state regular high schools. The aim of this paper is to present a socio-economic profile of students of SSVEs and make that presentation compared to the profile of their peers in regular public schools. This profile is shown from the data of ENEM Socioeconomic Questionnaire, issues 2012 and 2013, provided in micro-data form by the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) and supplemented by general information on the dynamics and functioning of SSVEs, obtained through interviews with families and coordinators of three such schools in Fortaleza. The contextualization of who these students, especially in comparative terms, is an important element for analysis within the sociological approach to education, opening track on relations with school performance.

Keywords: State Schools of Vocational Education. Vocational Education. Socio-economic profile of students.

EEEPs: contexto, características gerais e funcionamento

A Política Estadual de Educação Profissional está ancorada em um recente movimento a nível nacional de política de educação profissional integrada ao ensino médio regular. Ainda em 2006 o Conselho de Educação do Ceará regulamentou (RESOLUÇÃO Nº413/2006) a educação profissional técnica de nível médio, em respeito aos artigos 39 a 41 da LDB (Lei 9.394/96) e ao Decreto 5.154/2004, decreto esse que apresenta, dentre seus princípios: a “integração entre ensino técnico e ensino médio regular” e a “centralidade do trabalho como princípio educativo”.

A LDB já previa a integração do ensino técnico integrado ao ensino médio regular, não de forma obrigatória, mas que sob a regulamentação do Decreto 5.154/2004 passou a ser incentivada e possível de três formas: concomitante, integrada ou subsequente ao ensino médio regular. A Lei 11.741/2008 alterou o artigo 36 e os artigos 39 a 42 da LDB, seguindo o espírito do Decreto 5.154/2004, e tornou mais concreto as possibilidades de profissionalização articulada ao ensino médio regular e indicando responsabilidade do Estado frente a tal demanda a essa nova demanda colocada pela lei.

O Ceará incorporou essa política, mobilizando um conjunto de forças e iniciativas no intuito de viabilizar a proposta do ensino médio integrado, de forma objetiva e eficaz. Esse movimento se concretizou a partir do *Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará*, documento base para a Lei Estadual 14.273 de dezembro de 2008 que institui e cria as Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará¹.

A partir de então, tem-se a implementação das EEEPs, sendo algumas construídas sob os moldes de um modelo arquitetônico padrão e outras por meio de adaptação física e burocrática de escolas estaduais de ensino médio

1. Foi publicada também a Lei 14.272/2008 que garante a criação de cargos para a técnicos e professores, num regime diferenciado para as EEEPs. É importante lembrar que já a partir da Resolução Nº 413/2006 do Conselho de Educação do Ceará, tem-se uma intensa movimentação por parte do executivo estadual em elaborar diretrizes que viabilizassem a implementação de uma política de educação profissional de nível médio, que fosse integrado ao ensino médio. Essa resolução regula-menta 39 a 41 da LDB, que dispõem sobre o ensino profissional técnico de nível médio.

já existentes. Hoje são 112 escolas espalhadas em todo território estadual². Essas escolas dispõem, já previsto em Lei, de um conjunto de benefícios específicos como orçamento diferenciado, regime de contratação e seleção própria de professores e gestores, bem como dispõem de uma estrutura física mais elaborada, contando com diversos laboratórios, oficinas, refeitórios, por exemplo, além de melhor estrutura para banho, convivência, prática de esporte, incluindo um melhor serviço de internet, secretaria, entre outros. Elas oferecem o ensino médio regular integrado à uma formação técnica-profissionalizante. Há uma grande oferta de cursos técnicos, que variam entre as escolas e regiões. Dentre esses cursos, se tem, por exemplo, Informática, Transações Imobiliárias, Estética, Mecânica, Turismo, Agroindústria, Meio Ambiente, Produção de Moda, Finanças, Aquicultura, Massoterapia, Edificações, dentre muitos outros que respeitam demandas locais.

As EEEPs funcionam em tempo integral³, em geral de 7h às 17h. Os alunos almoçam na escola e dispõem de dois intervalos, um entre as aulas da manhã e outro pela tarde, além de um horário reservado para o estudo individual. O cardápio possui acompanhamento nutricional e há inúmeras restrições quanto à entrada de alimentos outros na escola⁴. Sabe-se que o regime disciplinar é mais rigoroso ou pelo menos mais aplicado do que nas demais escolas regulares, de forma geral. As escolas possuem um controle pedagógico, onde são feitos registros disciplinares e posteriormente comunicados aos pais. O uniforme é fornecido e exigido e se indica aos alunos que usem o mínimo de adereços possíveis. Materiais didáticos também são fornecidos e o uso do smartphone e de outros equipamentos é estritamente regulado.

Há seleção tanto para o corpo docente, quanto para gestão escolar e para alunos, uma característica oficial e singular frente às escolas regulares estaduais.

2. Na página principal do Governo do Estado se tem disponível o Mapa das EEEPs. Para acesso, use: <<http://www.ceara.gov.br/>>. Disponível em: 01 out. 2015.

3. Cumprem com as 2.620h da base comum do ensino médio, que são complementadas pela base diversificada, totalizando 5.400h ao longo dos três anos (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2014, p. 19).

4. Em escolas acompanhadas, sabe-se que há opções para alunos vegetarianos, bem como outras opções quando sob orientações médicas.

A seleção dos professores técnicos se dá via edital do Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), capitaneado pela SEDUC, essa que também seleciona professores da base comum e gestores por meio de editais específicos. Os profissionais em geral dessas escolas, possuem seleção, carga horária, formação continuada e vencimentos diferenciados⁵. Há equipes docentes tanto para a base comum do currículo, como para a base técnica e diversificada. Essas escolas contam com um quadro curricular que satisfaz aos conteúdos do ensino médio regular, bem como oferecem as disciplinas técnicas referentes aos cursos, além de incluir disciplinas gerais voltadas para o mundo do trabalho⁶. A seleção dos alunos se dá em cada escola, por curso pretendido, ao final do ano, a partir da média aritmética das notas obtidas pelo aluno candidato no Ensino Fundamental II ou apenas das notas do 9º ano. Além disso, a SEDUC já promoveu informes publicitários em televisão e rádio informando o período de matrículas nessas escolas.

Um outro importante diferencial nessas escolas, são as oportunidades de estágios, que se dão obrigatoriamente no terceiro e último ano, mais especificamente no segundo semestre. As escolas possuem coordenadores de curso e coordenadores de estágio. Os coordenadores de curso são responsáveis pela parte técnica dos cursos, coordenando os instrutores técnicos. No caso dos coordenadores de estágio, atuam como tutores, acompanhando os alunos e alunas no estágio. Os coordenadores de estágio também são responsáveis por captar vagas de estágio e de organizar sua distribuição entre os alunos. Para os cursos técnicos em geral, são exigidas 400h/a de estágio prático. Já para os cursos na área de saúde, são exigidas 600h/a. Os alunos são remunerados ao longo do estágio com bolsa-estágio de 1/2 salário mínimo financiada pelo Estado, que também provê gastos com transporte e seguros⁷. Apesar de incomum, acontece de alunos

5. A Lei Estadual 15.181/2012 indica sobre essas diferenciações e seleções.

6. As disciplinas "Projeto de Vida", "Empreendedorismo", "Formação para a cidadania", "Projetos interdisciplinares" e "Mundo do trabalho" são exemplos desse currículo diversificado e alguns sendo comum a todos os cursos.

7. O Decreto Estadual nº 30.933 (29/06/2012) regulamentou os valores e formas de convênio. Nesse ano (2012) o valor total (bolsa + transporte + descanso remunerado) para os estágios de 400h/a

não conseguirem estagiar no último semestre do terceiro ano, postergando a conclusão da parte técnica do ensino. Esse conjunto diferencial, que vai desde a estrutura física, passando pela equipe docente e de gestão, se soma ao fato de que o aluno ao concluir o ensino médio, terá também um certificado de técnico, sendo iniciado no mundo do trabalho ainda pelo estágio e podendo dispor do sistema de cotas sociais, caso tenha interesse de ingresso ao ensino superior. Tais aspectos, explicam, ao menos em parte, o baixo índice de evasão entre os alunos⁸. No entanto, é comum que alunos não se adaptem ao turno integral e às demandas de estudo e acabem por solicitar transferência à escola regular. Há o caso de transferência de alunos entre EEEPs, o que se dá por motivos especiais, como mudança de domicílio, por exemplo.

Por ser uma experiência ainda em construção e recente em termos de política pública e diante de tudo que se implica em termos de paradigmas, faz-se necessário a construção de um entendimento mais assertivo em torno da política e da sua prática por meio das EEEPs, compreendendo seus meandros e buscando aproximações. É importante ressaltar que segundo relatório do IPECE, das dez escolas públicas cearenses com maior nota, conforme o ENEM 2011, seis foram escolas profissionalizantes. As EEEPs ocuparam da 4^a a 10^a colocação na classificação (IPECE, 2013). As EEEPs também demonstraram melhor desempenho no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAEBCE). De 2009 a 20013, conforme dados disponíveis pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (2014, p. 168 e 169), os alunos das EEEPs tiveram melhores notas que os alunos das escolas regulares, nos cinco anos avaliados, em todas as três séries, tanto nas provas de português quanto de matemática. Os dados apresentam uma melhora nas notas dos alunos da regulares neste intervalo, mas em uma proporção menor do que a evolução de notas dos alunos das EEEPs. Nas edições 2013 e 2014 do ENEM, conforme

foi de R\$ 1.154,67, ou seja, R\$ 2,88 por hora de estágio. Para os estágios de 600h/a (os na área de saúde), total de R\$ 2.321,50, ou seja, R\$ 3,86 por cada hora de estágio. Os estágios duram seis meses.

8. Informação dada pelos coordenadores entrevistados, que são de EEEPs adaptadas e que atuaram quando essas escolas ainda eram regulares. Não foi possível localizar dos dados quantitativos da evasão escolas nessas escolas.

relatório *ENEM por Escola*⁹, as EEEPs ocuparam 8 das 10 primeiras posições entre as escolas estaduais. Outro fato relevante está relacionado a um episódio, quando pais de alunos de escolas particulares se mobilizaram e ingressaram na justiça pelo direito de que seus filhos, oriundo das escolas particulares, também pudessem entrar no ensino profissionalizante estadual. O juiz foi favorável ao grupo e a SEDUC já vem garantindo até 20% das vagas para alunos oriundos da rede particular de ensino (CASTRO, 2013)¹⁰.

Diante desse quadro específico é que o presente artigo se apresenta na tentativa de explorar o perfil dos alunos desse tipo de escola ora apresentado, buscando entender, a partir de uma abordagem sociológica, como se configura esse grupo e como isso pode auxiliar na construção de um entendimento geral sobre a dinâmica dessas escolas, bem como de entender as suas diferenças. Essa novidade em termos de política educacional e o reconhecimento social de tais escolas justifica uma aproximação sociológica, em termos de sociologia da educação, no sentido de compreender essa configuração escolar específica, seus atores e práticas. Um primeiro passo é, portanto, descrever o perfil socioeconômico do grupo de alunos que compõem essas escolas, o que se caracteriza como uma tentativa de aproximação ao objeto em termos sociológicos, buscando analisar esse conjunto de dados em termos de disposições, configurações sociais, práticas e dinâmicas de tais agentes.

Perfil socioeconômico: explorando dados e comparações

Numa tentativa de aproximação ao objeto, foram feitos levantamentos quantitativos que permitissem ter uma noção geral do perfil dos alunos das escolas profissionalizantes, e, por conseguinte, comparando com os alunos das escolas estaduais públicas regulares. Tentou-se junto à SEDUC conseguir os

9. ENEM por Escola 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/enempor-escola-ja-esta-disponivel-para-consulta>. Acesso em: 30 set. 2015.
ENEM por Escola 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/enem-por-escola>>. Acesso em: 30 set. 2015.

10. A Portaria GAB/SEDUC-CE nº105/2009 (27/02/2009) regulamenta essa cota, organizando a matrícula de alunos provenientes do ensino fundamental de rede privada de ensino.

dados do questionário socioeconômico do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAEBCE), mas não se obteve resposta. Outra fonte igualmente válida é o Questionário Socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Foram utilizados dados dos anos 2012 e 2013, fornecidos em forma de microdados estatísticos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹¹.

Foi utilizado o R Studio (Version 0.98.953) para a produção dos dados descritivos. Quanto ao ano de 2012, foram selecionados dados de dois grupos: (I) alunos das EEEPs (segundo relatório da SEDUC¹², eram 92 escolas em 2012) e (II) dados dos alunos das escolas estaduais regulares. Foram 5.773 questionários de alunos que estavam estudando em uma EEEPs na ocasião da inscrição do ENEM e 83.342 de alunos das escolas regulares públicas estaduais do Ceará. Ao todo, o questionário fornece 49 variáveis. Quanto ao ano de 2013, os mesmos dois grupos foram explorados: (I) alunos das EEEPs (97 escolas em 2013, segundo relatório da SEDUC¹³) e (II) dados dos alunos das escolas regulares. Foram 8.955 questionários de alunos que estavam estudando em uma EEEPs na ocasião da inscrição do ENEM e 91.688 de alunos das escolas regulares públicas estaduais do Ceará. Ao todo, o questionário de 2013 fornece 53 variáveis correspondente a questões socioeconômicas. Esses questionários socioeconômicos são de preenchimento obrigatório no ato da inscrição ao ENEM, no entanto, algumas perguntas podem ser deixadas em branco. Em geral, são os alunos do 3º ano do ensino médio que se inscrevem

11. Para acesso e download, use o endereço: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-cessar>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

12. A relação das escolas, bem como das matrículas referente ao ano de 2012 podem ser acessadas pelo endereço: <<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/avaliacao-educacional/88-pagina-inicial-servicos/avaliacao-educacional/5827-estatistica-da-educacao-no-ceara-ano-base-2012>>. Acesso em: 20 set. 2014.

13. A relação das escolas, bem como das matrículas referente ao ano de 2013 podem ser acessadas pelo endereço: <<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/avaliacao-educacional/88-pagina-inicial-servicos/avaliacao-educacional/7891-estatistica-da-educacao-no-ceara-ano-base-2013>>. Acesso em 20 set. 2014.

no ENEM, mas há alunos de anos anteriores e de pessoas já concluintes do ensino médio que fazem a inscrição por uma infinidade de motivos. O recorte dos alunos foi feito por escola e considerando os alunos ativos, ou seja, esses dados correspondem a uma parcela significativa dos alunos de todos os três anos do ensino médio, mas com uma preponderância dos alunos concluintes, que tem em vista o ingresso no ensino superior. É bom ressaltar, como analisa Dominique Merllié (1996) que o questionário é susceptível a vários problemas de ordem conceitual, operacional e de correspondência. Não é impossível que alunos, no afã de logo finalizar a sua inscrição, selecionassem qualquer resposta, ou mesmo tentassem brincar com o sistema. Outro problema tem a ver com a interpretação das perguntas e entendimento das mesmas¹⁴. Ressalvando esses aspectos, consideramos que tais dados são os melhores disponíveis hoje para a composição deste perfil. Lembramos que a análise de tais dados ainda está em construção e não há como deixar de incluir informações sobre a dinâmica das escolas, observações e participações no qual os autores estão inseridos graças a programas e projetos de pesquisa que envolvem o objeto aqui estudado¹⁵.

A composição e análise do quadro elaborado apresenta um perfil de aluno sem extremos em termos de diferenciação ou comparação. Fica nítido, no entanto, que os alunos das EEEPs apresentam um conjunto de capitais maior que seus pares das escolas regulares, mas não tanto. Percebe-se *a priori* que tratamos de grupos que circundam entre as classes de poder aquisitivo baixo, médio-baixo e médio.

Quanto a atributos individuais como idade, sexo biológico, estado civil, cor/raça não se tem diferenças significativas. Tais atributos pouco diferem entre os dois grupos. Quanto ao estado civil, em ambos os grupos, temos mais de 98% que se declaram solteiros. Quanto à idade, apresenta-se uma

14. Para visualizar as perguntas feitas e as opções de respostas, acesse o Dicionário das Variáveis, disponível junto com os microdados. Para acesso ao microdados do INEP, acesse: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

15. Os autores estiveram ou estão envolvidos em projetos PIBIDs, tento contato direto com escolas públicas cearense, bem como com pais e alunos. Há um projeto de pesquisa de mestrado em andamento em que ambos estão envolvidos e que está relacionado com o estudo das EEEPs no Ceará.

mediana de 17 anos para as EEEPs e de 18 para os alunos das regulares, em média, uma diferença entre 1 a 1,5 entre os dois grupos. No entanto, ambas as faixas de idade, estão dentro da idade aceitável para alunos que estão terminando o ensino médio. As mulheres estão em maior quantidade, de 17% a 19% a mais que os homens, em ambos os tipos de escola, nos dois anos. No caso das EEEPs, a quantidade de alunas é proporcionalmente maior quando em relação ao quadro nas escolas regulares, mas tal diferença é pouca, 2,28% em 2012 e 4,26% em 2013.

A distribuição por Cor/Raça mostra uma diferença pequena entre os dois grupos, apesar de interessante. A diferença entre alunos que se autodeclararam da cor/raça 'Branca' nas EEEPs em relação aos seus pares das escolas regulares, não chega a 4% nos dois anos. Quanto aos que se declaram da cor/raça 'Parda', a diferença entre os dois grupos não chega a 6%. No entanto, há mais alunos que se autodeclararam da cor/raça 'Branca' nas EEEPs do que nas regulares, e mais alunos que se autodeclararam da cor/raça 'Parda' nas regulares do que nas EEEPs, porém, há mais alunos que se autodeclararam da cor/raça 'Negra' nas EEEPs do que nas regulares, e com uma diferença significativa, de 4% em 2013. As diferenças quanto a distribuição por Cor/Raça não parece indicar necessidade de maiores desdobramentos, sendo suficiente esses dados descritivos. Vale o comentário de que tal distribuição, entre ambos os grupos, condiz, de forma geral, com o quadro geral do estado do Ceará¹⁶.

Escolaridade dos pais e renda familiar

Os dados sobre a escolaridade dos pais e renda familiar mostram um quadro onde diferenças importantes se apresentam entre os dois grupos. Quanto à escolaridade dos pais (Tabela 02) temos uma proporção média de 11,70% entre os dois anos de pais de alunos das escolas regulares que não estudaram, contra uma média de 5,69% no caso das EEEPs, diferença essa também notada entre a escolaridade das mães, mas em proporção menor. Temos cerca de um quarto

16. Ver Relatório do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) N°23/2012. Disponível em: < http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_23_fevereiro_2012.pdf>. Acesso em 10 jun. 2015.

de pais e mães de alunos das EEEPs que concluíram o ensino médio, quase o dobro quando comparados aos pais e mães dos alunos das escolas regulares.

Tabela 1: Escolaridade dos Pais (%).

Escolaridade	2012				2013			
	EEEPs		Regulares		EEEPs		Regulares	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Não estudou	5,54	2,54	11,97	6,70	5,84	2,49	11,42	6,91
Ensino fundamental I	31,46	23,48	40,58	37,12	31,41	23,26	37,69	34,82
Ensino Fundamental II	20,03	24,44	18	24,65	19,76	24,31	17,28	24
Médio incompleto	6,79	8,46	3,31	4,75	6,44	7,69	3,54	4,97
Médio completo	20,08	26,4	9,73	13,93	19,30	24,82	9,23	12,45
Superior incompleto	1,68	2,41	0,58	1,10	1,34	2,87	0,65	1,09
Ensino Superior	2,66	5,29	1,32	2,82	2,83	5,86	1,23	2,42
Pós-graduação	0,67	2,91	0,27	1,22	0,70	3,36	0,27	1,05
Não sabe	11,04	4,03	14,20	7,67	12,35	5,33	18,65	12,25
Total	100							

Fonte: Tabela elaborada a partir dos Microdados do Questionário Socioeconômico do ENEM 2012 e 2013.

Os dados econômicos também apresentam contrastes significativos entre os grupos de alunos das EEEPs em relação aos das escolas regulares. A grande maioria dos alunos declarou estar nas faixas de renda familiar que vai de ‘nenhuma renda’ a ‘um salário mínimo’. Cerca de 55% dos alunos das EEEPs estão nessas duas faixas e cerca de 66% dos alunos das regulares. Esse quadro mostra (Ver Tabela 03 e 04) que, em geral, os alunos de ambas as escolas são de renda baixa ou média-baixa. Mais da metade dos alunos estão nessas duas faixas de renda, em ambos os grupos. No entanto, é nítido que o grupo de alunos das EEEPs declarou um nível de renda maior. Se comparados os dois

grupos por faixa de renda, percebe-se que a proporção de alunos das regulares está maior nas duas faixas mais baixas de renda, a relação se inverte a partir da terceira faixa de renda ('mais de 1 e até 1,5 salários mínimos'), nos dois anos elencados (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2: Proporção da renda familiar declarada, por tipo de escola.

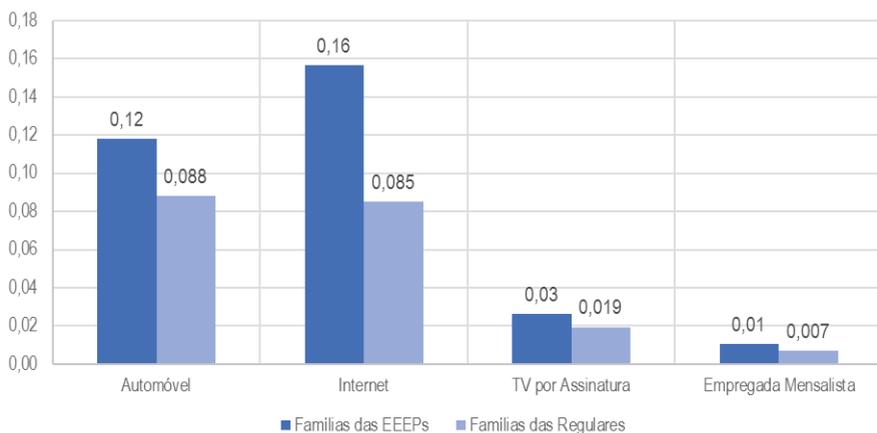
Faixa de Renda	2012		2013	
	EEEPs	Regulares	EEEPs	Regulares
Nenhuma renda	2,18	3,51	1,90	3,92
Até um salário mínimo	53,24	63,99	58,31	68,00
Mais de um até 1,5	20,60	15,94	22,99	16,58
Mais de 1,5 e até 2	13,35	9,87	8,17	6,22
Mais de 2 e até 2,5	3,84	2,79	3,27	2,13
Mais de 2,5 e até 3	2,70	1,72	2,35	1,48
Mais de 3 e até 4	2,22	1,16	1,46	0,75
Mais de 4 e até 5	0,96	0,48	0,71	0,40
Mais de 5 e até 6	0,30	0,17	0,35	0,17
Mais de 6 e até 7	0,17	0,11	0,13	0,08
Mais de 7 e até 8	0,17	0,05	0,12	0,06
Mais de 8 e até 9	0,08	0,06	0,08	0,03
Mais de 9 e até 10	0,03	0,02	0,01	0,02
Mais de 10 e até 12	0,03	0,02	0,02	0,01
Mais de 12 e até 15	0,03	0,01	0,01	0,01
Mais de 15 e até 20	0,01	0,02	0,01	0,01
Acima 20 salários mínimos	0,02	0,01	0,04	0,04
Total	100	100	100	100

Fonte: Tabela elaborada a partir dos Microdados do Questionário Socioeconômico do ENEM 2012.

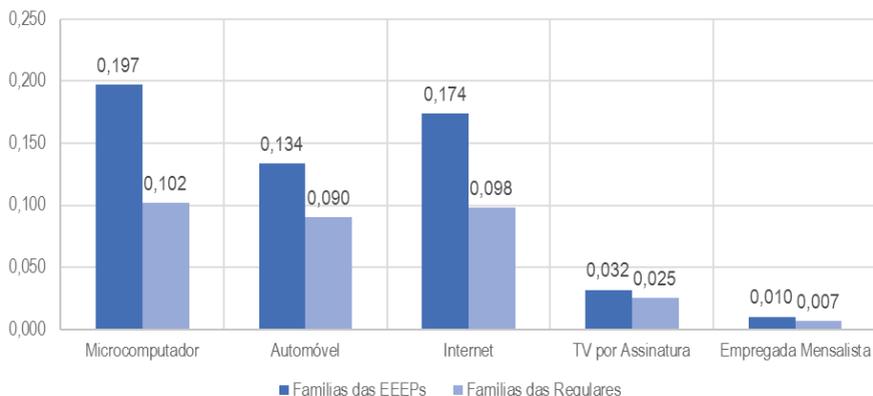
Nota: Percentuais arredondados e percentual válido (desconsiderando os *missing values*, respostas em branco).

Esse quadro sobre as disposições econômicas também é composto por perguntas relacionados aos bens e serviços domésticos, que indicam nível de consumo. Foi criado um índice a partir das perguntas sobre esses bens/serviços, que estão separadas no questionário e solicitam informações sobre a quantidade de tais bens/serviços presentes em suas residências. Foi considerada a citação de pelo menos um item/bem/serviço para cada pergunta/tipo (automóvel, internet em casa, TV por assinatura e empregada mensalista no questionário de 2012; e, microcomputador automóvel, internet em casa, TV por assinatura e empregada mensalista no questionário de 2013). Comparando os dois grupos, temos o Índice de Itens Domésticos apresentado no Gráfico 01 e 02, com os dados de 2012 e 2013 respectivamente.

Gráfico 1: Índice (Escala de 0-1) de Itens Domésticos no ENEM 2012.



Fonte: Índice de 0 a 1 elaborado a partir das perguntas Q10, Q17, Q18, Q20 do Questionário Socioeconômico do ENEM 2012 (microdados).

Gráfico 2: Índice (Escala de 0-1) de itens domésticos no ENEM 2013.

Fonte: Índice de 0 à 1 elaborado a partir das perguntas Q10, Q11, Q17, Q18 e Q20 do Questionário Socioeconômico do ENEM 2013 (microdados).

Observa-se que em relação a todos os tipos de itens, nos dois anos, os alunos das EEEPs apresentam um índice melhor, ou seja, possuem mais desses bens/serviços que os seus pares das escolas regulares. Destaca-se a grande diferença, nos dois anos, para o acesso à internet, e de maneira menos acentuada em relação à posse de automóvel na família. Ambos os grupos declaram ter pouco acesso a TV por assinatura e muitos poucos declaram dispor de uma empregada mensalista em suas residências. Esse índice reforça o entendimento de que estamos tratando de um grupo geral com renda baixa e/ou média-baixa, e que o grupo específico das EEEPs declaram dispor de mais e melhores bens/serviços econômicos. Pode-se afirmar, a partir desses dados, que os alunos das EEEPs possuem uma melhor *disposição* econômica, ou em termos bourdieusianos, um maior *capital econômico e cultural*.

Ao olharmos as Tabelas 04 e 05 temos as respostas quanto à moradia dos alunos, situação da residência e sobre quantas pessoas moram no seu domicílio. A Tabela 04 apresenta uma grande quantidade de alunos que declaram ter casas próprias e quitadas e não há diferença significativas entre os dois grupos. É importante, no entanto, considerar que não é comum que os alunos estejam

cientes da situação do domicílio, cabendo mais aos pais esse tipo de informação. Considerando as questões de moradia de Fortaleza, achamos alta essa proporção de residências quitadas e próprias. Quanto ao número de pessoas no domicílio, temos uma predominância de 3 a 6 pessoas, em ambos os grupos. O grupo de alunos das escolas regulares apresentam um percentual pouco maior quanto as faixas de 6 pessoas ou mais na residência, conforme Tabela 07. É interessante notar que ambos os grupos apresentam um número grande pessoas na mesma residência, cerca de 85% dos alunos de ambas as escolas declaram que moram entre 3 a 6 pessoas em sua casa. Ao pensarmos sobre a importância dos hábitos de estudo no desempenho escolar (MONT'ALVÃO; NEUBERT; TAVARES, 2015) podemos supor que os alunos das EEEPs dispõem de melhores condições nesse quesito, uma vez que tem um melhor ambiente para o estudo extraclasse, sem a interferência de pessoas no seu ambiente de estudo e com horário organizado para tal finalidade. Como já foi dito, as EEEPs integram no seu currículo duas horas de estudos, realizados livremente pelos alunos, mas dentro da escola e sob supervisão.

Tabela 4: Proporção dos alunos por situação da residência familiar

Situação da residência	2012		2013	
	EEEPs	Regulares	EEEPs	Regulares
Própria e quitada	75,3	79,2	77,2	77,5
Própria e em pagamento (financiada)	2,7	1,3	3	1,5
Alugada	16,1	13,6	14,6	15,4
Cedida	5	5	4,4	4,6
Outra situação (loteamento, ocupação)	0,9	0,9	0,8	1
Total	100	100	100	100

Fonte: Microdados do Questionário Socioeconômico do ENEM 2012 e 2013.

Tabela 5: Quantas pessoas residindo na residência do aluno.

Pessoas na residência	2012		2013	
	EEEPs	Regulares	EEEPs	Regulares
1 pessoa	0,2	0,5	0,3	0,6
2 pessoas	5,6	6	5,6	6,1
3 pessoas	18,4	17,7	19,2	18,1
4 pessoas	33	28,8	32	30,6
5 pessoas	23,5	23,9	24,7	23,7
6 pessoas	10,9	12	10,8	11,1
De 7 a 10 pessoas	7,9	10,5	7	9,2
Mais de 10 pessoas	0,4	0,6	0,3	0,6
Totais	100	100	100	100

Fonte: Tabela elaborada a partir dos Microdados do Questionário Socioeconômico do ENEM 2012 e 2013.

Tabela 6: Proporção de alunos por tempo (em anos) de conclusão do Ensino Fundamental no ENEM 2012 e 2013.

Tempo de estudo	2012		2013	
	EEEPs	Regulares	EEEPs	Regulares
Menos de 8 anos	4,00	3,79	4,20	4,21
8 anos	70,27	60,23	49,48	44,03
9 anos	16,10	22,74	31,63	33,59
10 anos	3,18	5,94	6,03	8,32
11 anos	1,54	2,35	3,13	3,28
Outros	4,88	4,92	5,49	6,53
Total	100	100	100	100

Fonte: Tabela elaborada a partir dos Microdados do Questionário Socioeconômico do ENEM 2012 e 2013.

Outro conjunto de dados importantes são aqueles referentes a passagem pelo ensino fundamental, tanto sobre o tempo de estudo, quanto sobre o tipo de escola. As Tabelas 6 e 7 trazem informações interessantes sobre essa passagem.

Percebe-se que a maioria dos alunos (cerca de 70% a 80%) de ambos os grupos levaram cerca de 8 a 9 anos para o término do ensino fundamental. Ou seja, dentro do esperado, tendo em vista que hoje o Ensino Fundamental é de 9 anos. No entanto, quando comparados os dois grupos especificamente, percebemos, nas duas edições, que os alunos das EEEPs declaram ter terminado o ensino fundamental em menos tempo do que seus pares das escolas regulares. Em 2012, 70,27% dos alunos das EEEPs declaram ter terminado o ensino fundamental em 8 anos contra 60,23% dos alunos das escolas regulares, uma diferença de 10,04%. Essa diferença apresenta-se menor no questionário de 2013, 5,45%, mas ainda positiva para o grupo das EEEPs. Nos dois anos (Tabela 06) a proporção de alunos das escolas regulares que terminaram o ensino fundamental com 9, 10 e 11 anos é maior em relação aos seus pares das EEEPs.

Quando perguntados sobre o tipo de escola frequentada durante o ensino fundamental, temos um quadro (Tabela 7) que mostra que a maioria cursou, de ambos os grupos, o ensino fundamental em escola pública. Mas quando comparados os dois grupos, percebe-se que há uma proporção maior de alunos das EEEPs que estudaram em escola particular, tanto em parte do ensino fundamental, como durante todo o ensino fundamental. 7,48% dos alunos das EEEPs declararam ter estudado somente em escola particular, contra 2,56% no caso dos alunos das escolas regulares, em 2012. Em 2013, a diferença aumenta, 9,02% para 2,66%.

Tabela 7: Proporção de alunos por tipo de escola no Ensino Fundamental.

Tipo de escola	2012		2013	
	EEEPs	Regulares	EEEPs	Regulares
Somente em escola pública	70,16	88,28	72,17	88,86
Maior parte em escola pública	14,70	6,34	12,01	5,72
Somente em escola particular	7,5	2,56	9,02	2,66
Maior parte em escola particular	7,64	2,78	6,73	2,63
Somente em escola indígena	-	0,00	0,01	0,02
Maior parte em escola indígena	-	0,00	0,01	0,01
Somente em escola quilombola	-	0,00	0,02	0,01
Maior parte em escola quilombola	-	0,00	0,01	0,06
Total	100	100	100	100

Fonte: Tabela elaborada a partir dos Microdados do Questionário Socioeconômico do ENEM 2012 e 2013.

É importante lembrar que existe cota para alunos das escolas particulares nas EEEPs, o que justificaria, em parte, essa diferença. No entanto, tais dados mostram que há um grupo de alunos ligeiramente diferenciado nas EEEPs, indicando haver uma estrutura familiar mais favorável para agenciamentos em prol da educação de seus filhos. Os dados permitem dizer que os alunos das EEEPs e sua família estão em situação de maiores capitais econômicos, culturais e sociais, o que explica, em parte, os melhores desempenhos e realização escolar por parte desse grupo de alunos das escolas estaduais profissionalizantes. Considera-se, entre outros fatores, que tal diferenciação socioeconômica se dá tanto pela Seleção específica e anual que há nessas escolas, quanto a uma disposição em termos de agenciamentos e investimentos familiares que geram disposições educacionais favoráveis, incidindo sobre práticas de acompanhamento escolar, relevante participação dos pais e interesse sobre o processo educativo.

A relação com o trabalho e perspectivas

Os dados do questionário do ENEM também apresentam uma série de informações sobre a relação desses jovens com o trabalho e de suas perspectivas, inclusive sobre a própria prova em questão. Tais dados podem servir como subsídio estatístico para pensar e explorar questões relacionadas a discussão sobre juventudes e sua forte relação com o mundo do trabalho, tendo este, muitas vezes, como canal de realização de suas necessidades e interesses juvenis. A Tabela 08 apresenta um quadro com diferenças consideráveis entre os dois grupos comparados. Entre os alunos das regulares, temos 17% que estão atualmente trabalhando, contra 1,68% dos alunos nas EEEPs. Quando perguntados se “nunca trabalharam”, 91,17% dos alunos das EEEPs afirmaram que nunca tiveram experiência com qualquer atividade remunerada, contra 70,6% dos seus pares das regulares. Uma diferença significativa, perto de 20%. Boa parte dessa diferença se explica pelo fato de que os alunos das EEEPs precisam se dedicar integralmente aos estudos (manhã e tarde)¹⁷. Além disso, como pode ser percebido pelos dados apresentados, os alunos das EEEPs estão em melhores condições econômicas e sociais, o que retira um pouco da pressão para o trabalho. É importante notar que a própria existência do turno integral já é um fator limitante, nesse caso, para o acesso de jovens que necessitam trabalhar. As EEEPs possuem um sistema de entrevista ou palestras no período de seleção, explicando a rotina e indicando a necessidade de dedicação exclusiva aos estudos.

Apenas para os que trabalham ou trabalharam, foi feita uma pergunta sobre a quantidade de horas trabalhadas por semana. É relevante notar que quase 20% dos alunos das regulares afirmam trabalhar mais de 40h semanais, o que é aparentemente muito para quem estuda, mesmo em apenas um turno. Quando comparados os dois grupos, percebe-se que os alunos das EEEPs que trabalham, trabalham menos, a maioria declara trabalhar ou ter trabalhado até 10h semanais. É importante lembrar que os alunos das EEEPs possuem estágio remunerado no último ano do ensino médio, justamente o ano que se

17. Em geral, o turno vai de 7h às 17h, com intervalo de duas horas para o almoço e outros dois intervalos de 20 minutos, um em cada um dos turnos.

está fazendo a prova ENEM. Mesmo sendo pouco o percentual dos que trabalham (Tabela 8), os que declaram trabalhar, trabalham poucas horas (Tabela 9) e tais horas podem ser a do estágio, o que, de forma indireta, faria parte do programa curricular das escolas em que estão inseridos.

Tabela 8: Proporção de resposta à pergunta: Você exerce ou já exerceu atividade remunerada?

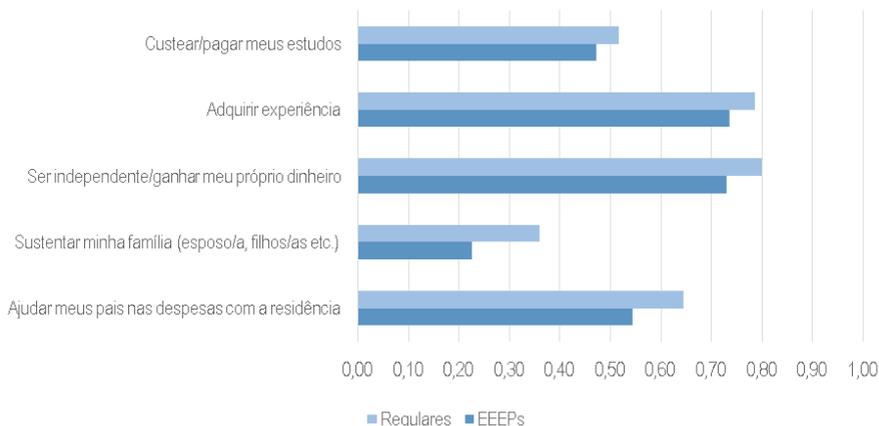
Situação de trabalho	EEEPs	Regulares
Sim, estou trabalhando	1,68	16,99
Sim, já trabalhei, mas não estou trabalhando	7,15	12,41
Não, nunca trabalhei	91,17	70,6
Totais	100	100

Fonte: Tabela elaborada a partir dos Microdados do Questionário Socioeconômico do ENEM 2013.

Tabela 9: Proporção de respostas a pergunta: Quantas horas semanais você trabalha ou trabalhou aproximadamente?

Horas de trabalho	EEEPs	Regulares
Até 10h semanais	57,14	24,61
De 11h a 20h semanais	23,77	21,56
De 21h a 30h semanais	10,99	12,56
De 31h a 40h semanais	4,05	21,95
Mais de 40h semanais	4,05	19,33
Totais	100	100

Fonte: Tabela elaborada a partir dos Microdados do Questionário Socioeconômico do ENEM 2013.

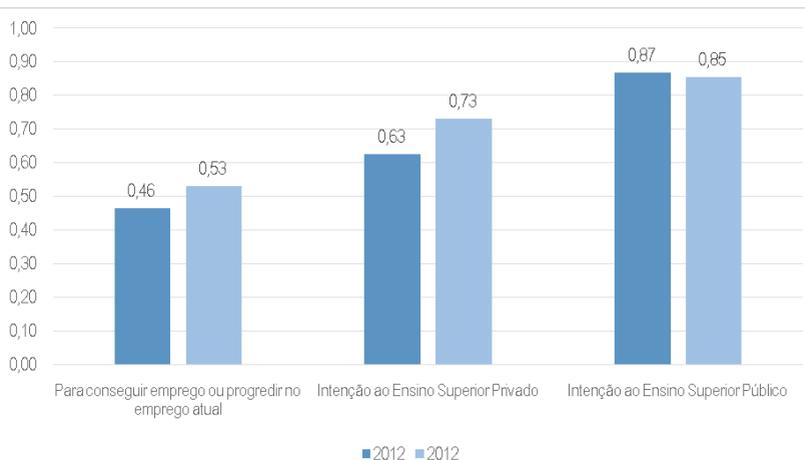
Gráfico 3: Índice (0-1) do motivo pela qual trabalha ou trabalhou (ENEM 2013).

Fonte: Índice elaborado a partir das perguntas Q42 à Q46 do Questionário Socioeconômico do ENEM 2013.

Quando perguntados sobre o motivo de terem trabalhado ou de estarem trabalhando (Gráfico 3) temos um quadro semelhante entre os dois grupos, em termos de tendência temos a resposta “ser independente” e “adquirir experiência” como as prevalentes. “Custear os estudos” e “ajudar na família” aparecem também, mas em menor proporção. É importante ressaltar que para os motivos “sustentar minha família” e “ajudar meus pais nas despesas com a residência” mostram uma diferença maior entre os dois grupos quando comparados com a diferença do índice para os demais motivos. Confirmando a análise de que a pressão pela necessidade de trabalho, ainda no período de formação média, é bem menor para os alunos das EEEPs. Essa disposição econômica de não precisar trabalhar logo, é um indicativo tanto das melhores condições socioeconômicas que tais famílias dispõem, quanto um indicativo de que tais família se esforçam ou possuem um nível de mobilização parental maior, isolando o aluno da necessidade de trabalhar¹⁸.

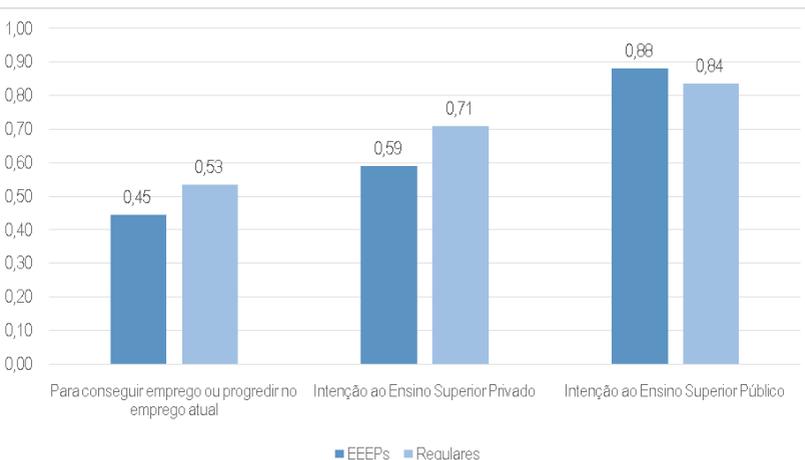
18. Essa análise/hipótese vem se confirmando ao longo de um conjunto de entrevistas e observações sobre estratégias familiares de alunos das EEEPs, tal análise está relacionado a um projeto de pesquisa dos autores, ainda em andamento.

Gráfico 4: Índice (0-1) do motivo pela qual fez o ENEM (ENEM 2012).



Fonte: Índice elaborado a partir das perguntas Q23 à Q29 do Questionário Socioeconômico do ENEM 2012.

Gráfico 5: Índice (0-1) do motivo pela qual fez o ENEM (ENEM 2013).



Fonte: Índice elaborado a partir das perguntas Q23 à Q29 do Questionário Socioeconômico do ENEM 2013.

Sobre os motivos pelos quais os alunos fizeram o ENEM (Gráfico 4 e 5), temos apresentada uma forte vontade expressa em cursar o ensino superior público, em ambos os grupos. Mas entre os alunos das EEEPs esse motivo aparece um pouco maior. Quanto ao acesso ao ensino superior privado, ambos os grupos também apresentam certo interesse, mas o grupo de alunos das escolas regulares mostram estar mais dispostos a esse tipo de ensino, o mesmo se repete sobre a ideia de progressão no emprego atual ou para conseguir um trabalho. Os dados do IPECE (2013) mostram um melhor desempenho dos alunos das EEEPs na prova do ENEM, o que indicaria melhores condições de acesso ao ensino superior público e por consequência a cursos mais concorridos, cursos esses que seriam mais difíceis de acessar pelos alunos das regulares, quando comparados apenas esses dois grupos. É importante lembrar que ambos os grupos podem ter acesso à universidade pública pelo sistema de cotas sociais, uma vez que ambas as escolas são públicas, o que daria ainda mais vantagens aos alunos das EEEPs, que além de terem melhores disposições econômicas, sociais e culturais, ainda estão inseridos num tipo de escola privilegiada em termos de orçamento, gestão e prática pedagógica, conforme indicado na contextualização inicial desse artigo.

Um fato importante a ser ressaltado é que apesar de estarem num modelo de escola que se integra a educação profissional, e que fora criado, também, para a formação de capital humano de nível técnico, os alunos dessas escolas possuem menor interesse no trabalho em relação aos motivos pela qual fez o ENEM do que seus pares das regulares. Tal dado indica uma maior motivação para o acesso ao ensino superior em detrimento de motivos relacionados ao mundo do trabalho. Além disso, segundo Relatório de Gestão 2008-2014 (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, 2014, p. 173-174) os egressos das EEEPs possuem hoje uma maior imersão no ensino superior que no mercado de trabalho logo após se formarem (Ver Tabela 10).

Tabela 10: Proporção de inserção do egresso das Escolas Estaduais de Educação Profissional (2011-2014).

Ano	Ensino Superior	Mercado de trabalho	Outros	Total
2011	16,9	27,7	55,4	100
2012	26,4	28,2	45,4	100
2013	35,6	25,2	39,2	100
2014	37,4	20,4	42,2	100

Fonte: Relatório de Gestão 2008-2014 (SEDUC-CE).

Considerações finais

Muito tem a Sociologia a oferecer na tentativa de compreensão e explicação do fenômeno educacional. Não é por menos que a Sociologia da Educação foi e ainda é um forte campo de estudo na área. A partir do momento em que tomamos o campo educacional, o sistema ou mesmo a escola como uma *configuração social*¹⁹ específica, abrimo-nos para uma infinidade de questionamentos que apresentam a escola e seus agentes como um microcosmo social. Entender os processos educativos torna-se, então, uma tarefa que inclui a análise das relações e figurações produzidas nesse espaço, entre as pessoas que fazem existir a escola.

Assim, entender o desempenho de um grupo de escolas ou lançar olhares sobre uma ou outra determinada política educacional, requer, sobretudo, uma análise social, que inclui, entre vários passos, uma análise do perfil socioeconômico daqueles agentes envolvidos na escola: pais, alunos, professores, funcionários, gestores, comunidade vizinha, entre outros. Nosso objetivo aqui foi lançar olhares sobre o perfil dos alunos concluintes de nosso ensino médio público estadual do Ceará, com intuito também de comparar os grupos de alunos das escolas regulares e das escolas estaduais de educação profissional (EEEPs). Esse primeiro passo – a composição do perfil – lança dados e perguntas sobre essa nova configuração escolar que surgiu como política educacional

19. Conceito de configuração social inspirado em Norbert Elias (2008).

a partir de 2008 no Ceará, e que está inserida em um amplo processo de discussão nacional e internacional em torno do ensino médio, mais propriamente dito, em torno da proposta de universalização/massificação do ensino médio integrado à educação profissional (REGATTIERI; CASTRO, 2009)²⁰.

O perfil demonstra que temos um grupo de alunos em geral de renda baixa e de média-baixa. Muitas semelhanças entre os dois grupos podem ser constatadas, no entanto, diferenças significativas nos dão a condição de afirmar que o grupo de alunos das EEEPs apresentam disposições e capitais econômicos, sociais e culturais ligeiramente superior aos seus pares das escolas regulares. Bourdieu e Passeron (2012) a partir de um extenso e já clássico estudo sobre a reprodução no sistema educacional nos ajuda a entender como, diante de uma sociedade diferenciada, ter mais capitais econômicos e culturais pode ser determinante em termos de realização escolar. Não é por menos que ainda é forte a relação entre nível socioeconômico dos alunos e desempenho escolar. Mesmo em períodos de crescente reflexividade, modernização e individualização; as condições econômicas, sociais e culturais pesam como determinantes no sucesso escolar. No entanto, Bernard Lahire (1997, 2002) apresenta uma discussão avançada sobre o conceito de capitais de seu professor Bourdieu, construindo o conceito de *disposições* e *patrimônio individual de disposições*. Lahire (1997) demonstra a importância de estudos sobre a dinâmica e configuração dos agentes envolvidos em um determinado processo, nesse caso, os agentes da escola: alunos, pais, professores, gestores. Assim, ao olharmos para os dados aqui apresentado, percebemos uma configuração escolar específica: (I) onde alunos dispõem de mais tempo de estudo, (II) de melhores meios de leitura e estudo; (III) sem existir uma pressão pelo trabalho durante

20. Nas eleições de 2014, o então candidato à governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, afirmou ser um de seus compromissos a universalização progressiva do modelo das EEEPs às escolas regulares, fala disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=0Ao5kVO2180>>. Acesso em: 15 jun. 2015. A presidenta Dilma Rousseff, na inauguração da EEEP Jaime de Oliveira, em Fortaleza no dia 13 de abril de 2013, afirmou que “esse modelo de ensino médio integrado à profissionalização deve ser a regra e não a exceção”. Discurso disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=0U5002_2chl>. Acesso em: 22 set. 2015.

sua escolarização média; (IV) apresentando uma perspectiva de investimento educacional diferenciado, com olhos na formação superior; (V) fazendo parte de um grupo de alunos já selecionados, com uma média de desempenho acadêmico superior ao da realidade da escola pública estadual como um todo, (VI) criando efeitos sobre o desempenho particular em meio a outros alunos de melhor desempenho, entre outros aspectos e relações, como, por exemplo, (VII) um indicativo de maior mobilização parental.

Parte dessa dinâmica e configuração específica está relacionado, também, a um processo de mobilização que pais, sobretudo de classes médias, têm demonstrado em torno da vida escolar de seus filhos. Famílias que não dependem diretamente do trabalho de seus filhos, que não dependem de complemento de renda, acabam por dispor de melhores condições de mobilização e estratégias em torno do processo educacional e futuro de seus filhos e filhas. Nogueira (2010, p. 220) chama atenção para esse processo ao considerar:

Em síntese, tendo se beneficiado qualitativamente do processo de democratização do ensino, a classe média viu aumentada sua “capacidade estratégica”, o que resultou numa “sofisticação” (isto é, intensificação e diversificação) de seus investimentos e estratégias educacionais. No que concerne à intensificação dos investimentos, os sociólogos continuam diagnosticando o “ativismo”, a forte “mobilização”, o “intervencionismo”, as atitudes preventivas e “pró-ativas” [...]

Além disso, seguindo a ideia de mobilização familiar, tem-se a hipótese de que escolas diferenciadas acabam por estimular um *quase-mercado escolar* na rede pública (COSTA; PRADO; ROSISTOLATO, 2012), o que coincide, por exemplo, com a mobilização de pais de alunos de escolas privadas que lutaram judicialmente por vagas aos seus filhos nas EEEPs, ou mesmos os agenciamentos de pais no momento da seleção e *a posteriori*, no processo educativo como um todo, acompanhando os seus filhos de perto ao longo da passagem pela EEEP.

Essas reflexões ajudam a avançar no entendimento e explicação sobre o desempenho escolar dessas escolas. Documentos oficiais tais como o Relatório de Gestão 2008-2014 (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, 2014) enfatizam sobremaneira o fato dessas escolas possuírem orçamento e estrutura física melhor, projeto político-pedagógico específico, corpo docente e técnico preparado, entre outros, mas esses aspectos, apesar de importantes,

não explicam no todo tal desempenho. François Dubet (1994) ajuda-nos a entender como as instituições são espaços sociais, locais de formação social e de socialização, espaços onde os indivíduos produzem experiências coletivas próprias. Dubet (1994) traz o conceito de experiência social para organizar um entendimento sociológico em torno dos processos de socialização e da capacidade de agências dos indivíduos. O autor argumenta que os indivíduos nem são vítimas das estruturas sociais, bem como não são totalmente autônomos em suas ações, eles são produtores de experiências sociais no interior de espaços sociais. Essas experiências sociais que são ao mesmo tempo vivências pessoais, são também vivências socioreferenciadas, “socialmente constituídas” em determinados espaços ou instituições. Esse conjunto de experiências sociais criam um ambiente social singular. Nesse sentido, o processo de seleção que há nessas escolas reflete um aspecto próprio desse universo, que reverbera em uma configuração social específica, num conjunto médio de alunos com melhor rendimento acadêmico e nível socioeconômico. Aliado a esse efeito temos ainda certas características institucionais, tais como a disciplina e o estágio remunerado, criando um conjunto de disposições escolares positivas em relação ao desempenho acadêmico e um respeito mútuo pela escola e pelas rotinas educativas propostas.

O perfil comparado aqui exposto abre questionamentos múltiplos sobre a dinâmica escolar e familiar que envolve tanto as escolas regulares, quanto as EEEPs. Entender essas escolas e seus agentes é entender um conjunto de capitais sociais e econômicos, bem como um leque de disposições, estratégias, configurações específicas, crenças, experiências sociais, representações, e dinâmicas que criam realidades sociais singulares e que refletem sobre aquilo que entendemos por desempenho escolar ou realização escolar. Um perfil socioeconômico, tal como esse apresentado, é um primeiro passo na aproximação a esse objeto, – no caso as EEEPs – o que demanda outras incursões quantitativas, testes e entradas qualitativas, que explorem o dia-a-dia desses agentes e suas expectativas e ações. Esses fatores precisam ser melhores explorados, tornando mais palpável empiricamente as explicações sobre essa realidade escolar e desempenho.

Referências

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Legislação**: acervo. Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Legislação**: acervo. Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Legislação**: acervo. Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CASTRO, B. Escolas profissionalizantes têm cota para alunos da rede privada. **O Povo Online**, Fortaleza, 29 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/11/29/noticiasjornalcotidiano,3169955/escolas-profissionalizantes-tem-cota-para-alunos-da-rede-privada.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

CEARÁ. Conselho de Educação do Ceará. Resolução nº 413, de 18 de abril de 2006. Regulamenta a educação profissional técnica de nível médio, no Sistema de Ensino do Estado do Ceará, e dá outras providências. **Resoluções**. Disponível em: < <http://www.cee.ce.gov.br/legislacao/resolucoes>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CEARÁ. Lei Estadual nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a criação das escolas estaduais de educação profissional – EEEP, no âmbito da secretaria da educação, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Casa Civil, Fortaleza, CE, 23 dez. 2008. Série 2, Ano XI, nº 245, Caderno 1/3, p. 1.

COSTA, Márcio; PRADO, Ana Pires do; ROSISTOLATO, Rodrigo. “Talvez se eu tivesse algum conhecimento...”: caminhos possíveis em um sistema educacional público e estratificado. **Interseções**, v. 14, n. 1, p. 165-193. 2012.

- DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2008.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Microdados do Enem 2013**. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em: 30 mai. 2015
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **IPECE Informe Nº 54**: Análise da Participação das Escolas Públicas Estaduais Cearenses no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): 2009-2011. Fortaleza: IPECE, 2013.
- LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997. 367 p.
- LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MERLLIÉ, Dominique. A construção estatística. In.: CHAMPAGNE, Patrick (Org.). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 107-170.
- MONT'ALVÃO, Arnaldo; NEUBERT, Luiz Flávio; TAVARES, Fernando. Hábitos de estudo, aspirações educacionais e desempenho escolar no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17. 2015, Porto Alegre. **Anais**: SBS, 2015.
- NOGUEIRA, Maria Alice. Classes médias e escola: novas perspectivas de análise. **Currículo sem fronteiras**, v. 10, n. 1, p. 213-231. 2010.
- REGATTIERI, Marilza; CASTRO, Jane Margareth (Orgs.). Ensino médio e educação profissional: desafios da integração. Brasília: UNESCO, 2009.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. **Relatório de Gestão**: o pensar e o fazer da educação profissional no Ceará 2008-2014. Fortaleza: SEDUC-CE, 2014. Disponível em: < http://www.educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/relatorio_de_gestao_2008_2014/relatorio_de_gestao_2008_a_2014.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

Recebido: 23-02-2017

Aceito: 20-04-2017

